

TRAMA GOLPISTA

Pedido para marcar julgamento

Moraes solicita a Zanin que defina a data da avaliação do caso contra Bolsonaro. Sessões devem começar na 1ª quinzena de setembro

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu a inclusão, na pauta da Primeira Turma, do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete aliados que fazem parte do chamado “núcleo 1” da tentativa de golpe de Estado. A solicitação foi encaminhada ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin. As defesas entregaram, nesta semana, as alegações finais dos réus.

A expectativa é de que o julgamento ocorra na primeira quinzena de setembro. Compõem a Primeira Turma, além de Zanin e Moraes, os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux. No despacho, Moraes, relator do caso, argumentou que o processo está pronto para inclusão em pauta e que a definição da data é necessária para assegurar a efetividade da ação judicial.

Em conversa com 26 influenciadores digitais, ontem, no STF, Moraes negou que esteja apressando o andamento da ação penal da tentativa de golpe. Ele explicou que a investigação depende da Polícia Federal e da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Também disse que o inquérito “anda mais rápido porque há réu preso”, com quase 24 meses de duração.

Questionado sobre o motivo de o inquérito ter avançado mais rápido do que o caso da fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Moraes respondeu: “Primeiro, eu não sou o relator do processo do INSS. Segundo, esse caso chegou ao Supremo apenas em abril, enquanto o inquérito das milícias digitais, que deu

Reprodução/Divulgação



Nas alegações finais, defesa sustenta que Bolsonaro “jamais aderiu a qualquer suposta conspiração”

Operação especial

Os ministros do STF estudam montar uma operação especial para o julgamento do núcleo 1 da tentativa de golpe, com sessões adicionais e consecutivas ao longo do mês de setembro, como ocorreu no recebimento da denúncia. Normalmente, as turmas do STF se reúnem quinzenalmente, mas o cronograma pode ser alternado em função da pauta.

origem a esta ação penal, já tem mais de dois anos?”

O relator declarou não ser possível comparar o processo do INSS

com o da trama golpista, pois são temas totalmente diferentes. O ministro afirmou não haver preferência entre os casos e explicou

que há outros fatores importantes, como as provas envolvidas.

“Não há aqui nenhuma predileção para um lado ou para o outro. Depende do procedimento, depende do relator, depende das provas. Às vezes, a Procuradoria-Geral denuncia com um ano de investigação. Às vezes, denuncia com um mês de investigação, (porque) a investigação veio pronta já”, explicou. “Quem investiga é a Polícia Federal, não sou eu. Depois, quem denuncia é o procurador-geral da

República. Quem recebeu a denúncia foi a Primeira Turma, não fui eu”, destacou.

Alegações finais

A Corte encerrou, na quarta-feira, o prazo para que Bolsonaro e os outros sete réus do núcleo 1 da trama golpista apresentassem suas alegações finais. Essa foi a última etapa antes do julgamento.

A defesa de Bolsonaro alegou que “o réu jamais aderiu a qualquer suposta conspiração” e que “as acusações são fruto de ilações e interpretações distorcidas de atos e falas descontextualizados”. Segundo os advogados, “não há nos autos prova idônea que demonstre que Jair Bolsonaro tenha, de qualquer forma, atentado contra o livre exercício dos Poderes constitucionais, tampouco instigado terceiros a fazê-lo”.

A denúncia aponta Bolsonaro como o líder da organização que tramou a ofensiva contra a democracia. Também são réus na ação penal os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e do tenente-coronel Mauro Cid.

Segundo a PGR, Bolsonaro tinha ciência e participação ativa na trama golpista. O núcleo é réu por cinco crimes: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado — Ramagem é o único que não responde por estes dois últimos crimes, suspensos pelo STF porque teriam sido cometidos após a diplomação dele como deputado federal.

» 51% aprovam prisão domiciliar

Pesquisa Datafolha, divulgada ontem, aponta que 51% dos brasileiros concordam com a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) em 4 de agosto. Por outro lado, 42% discordam da decisão do magistrado. A pesquisa ouviu 2.002 pessoas com mais de 16 anos em 113 municípios entre segunda e terça-feira. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

» 51% têm imagem negativa de Moraes

Pesquisa Atlas/Bloomberg, divulgada ontem, mostra que a imagem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, é negativa para 51% e positiva para 49%. No ranking dos 11 ministros da Corte, o magistrado, relator da tentativa de golpe de Estado, é o que lidera a imagem positiva, ainda que esta seja superada em 2 pontos percentuais pela imagem negativa. O levantamento teve participação de 2.447 pessoas, entre 3 e 6 de agosto, com a metodologia de recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o nível de confiança, de 95%.

A SOJA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil é líder mundial na produção de soja – mas até quando e a que custo?

É hora de repensar o modelo agrícola atual e construir caminhos para uma soja aliada à sustentabilidade e à regeneração do solo.

Participe do evento promovido pelo Correio Braziliense, em parceria com o Instituto Escolhas, e junte-se a esse diálogo sobre o futuro da agricultura brasileira.

SAVE THE DATE!

02/09

a partir das 8h30

Auditório do Correio Braziliense
(SIG Qd. 2 Lt. 340)



Leia o QR Code e faça a sua inscrição para acompanhar o evento presencialmente